



CLIPPING



09 de
MAIO
2022

REPÓRTER

70

> INDÍGENAS SEGURANÇA

A Ordem dos Advogados do Brasil, subseção Altamira, divulgou relatório feito após visita à Terra Indígena Xipaya, onde recentemente a polícia encontrou uma grande balsa de garimpeiros que ameaçam invadir a área. No documento, a OAB alerta para a necessidade urgente de aumento da segurança dos indígenas, pede mais estrutura para a Polícia Federal e aumento do número de fiscais do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O relatório será enviado à Assembleia Legislativa do Pará, à Superintendência da Polícia Federal, Câmara dos Deputados e ao Ministério da Justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

**RD REPÓRTER
DIÁRIO****SEGURANÇA**

Relatório produzido pelas Comissões Nacional e Estadual de Direitos Humanos e subseção de Altamira da OAB-PA após visita à aldeia Karimaa, na Terra Indígena Xipaya, em Altamira, aponta necessidade urgente de guarnecimento da segurança dos indígenas, destaca a falta de estrutura e pessoal por parte da Polícia Federal e um efetivo permanente muito pequeno do IBAMA para suprir a imensa demanda de fiscalização na área. A Ordem enviará o relatório à Alepa, Superintendência da Polícia Federal, Câmara dos Deputados e Ministério da Justiça.

E-BOOK

O Ministério Público do Estado do Pará e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), estão lançando o e-book “Ministério Público e Novas Tecnologias: avanços, desafios e perspectivas”, que receberá artigos para análise até dia 17 de junho. O objetivo é contribuir para a discussão de temas contemporâneos e os desafios na atuação do MP, além de disseminar o conhecimento e novas tecnologias no campo do Direito, com ênfase na atuação do MP como instituição comprometida com a defesa e a garantia dos Direitos Fundamentais.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

MPPA lança campanha pela dignidade sexual de crianças e adolescentes

Iniciativa, que envolve diversas instituições, tem como objetivo fomentar ações preventivas de combate ao abuso e exploração sexual dessas faixas etárias a partir da campanha do “Maio Laranja”

PROTEÇÃO

Na última semana, foi lançada a campanha “Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes, uma Responsabilidade de Todos. Não se Cale – Denuncie!” no gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça. A iniciativa é do Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), por meio do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOLJ), e integra a programação alusiva ao “Maio Laranja”. A ação tem o objetivo de fomentar ações preventivas de com-

bate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, de acordo com o estabelecido pela Lei Estadual nº8.618/2018, que instituiu o “Maio Laranja”.

A campanha foi apresentada pela coordenadora do CAOLJ, promotora de Justiça Mônica Freire, e pelas coordenadoras auxiliares, promotoras de Justiça Sabrina Kalume e Priscila de Araújo Costa Moreira. O Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr., destacou a importância do Ministério Público em apoiar campanhas como essa. “O abuso sexual é uma realidade que precisa

ser combatida com ações contundentes. Parabênico pela iniciativa e peço aos envolvidos que continuem nos ajudando, que consigamos mais engajamento, mais entidades, mais organizações, particularmente as não governamentais. É preciso que tenhamos uma efetiva rede de proteção”

No ato, houve também o lançamento de três vídeos institucionais para a campanha do MPPA no combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes. Os vídeos retratam a violência sexual praticada pelos meios digitais, o estupro de vulnerável, que é o delito

com maior incidência em todas as comarcas, em todos os municípios, e também a exploração sexual.

“Os vídeos objetivam ser replicados em larga escala para que a sociedade reflita. Ou seja, para dar visibilidade a essa forma de violência, criando assim um compromisso para que venham denunciar as situações vivenciadas para que haja realmente uma participação efetiva da sociedade como descrito na Constituição no seu artigo 227”, completou Mônica Freire.

Os representantes da Rede Viva Brasil Protege - Juntos pela infância, Cé-



Lançamento ocorreu no gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça
FOTO: DIVULGAÇÃO MPPA

sar Pereira Júnior (presidente), e Andréa Pereira (diretora), foram os propositores da Lei Estadual nº 8.618/2018, que instituiu o

“Maio Laranja”. Na oportunidade, eles destacaram a importância da iniciativa do MPPA no enfrentamento desse tema.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Acusado de matar a facadas enteados é condenado a 63 anos de prisão em Curionópolis

08 MAI 2022 - 20H08 | ATUALIZADO 08 MAI 2022 - 20H10 | Compartilhar 6



Crédito: Reprodução/Redes Sociais

José Carlos Anjos dos Santos, de 43 anos, foi condenado a 63 anos e quatro meses de prisão, em regime fechado, pela morte dos enteados de 9 e 12 anos no município de Curionópolis, sudeste paraense.

O crime aconteceu em 2017 e chocou a população. José teria assassinado as crianças a facadas. O preso ainda teria tentado, por duas vezes matar a mãe dos meninos.

A sentença saiu na última quarta-feira, 4.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

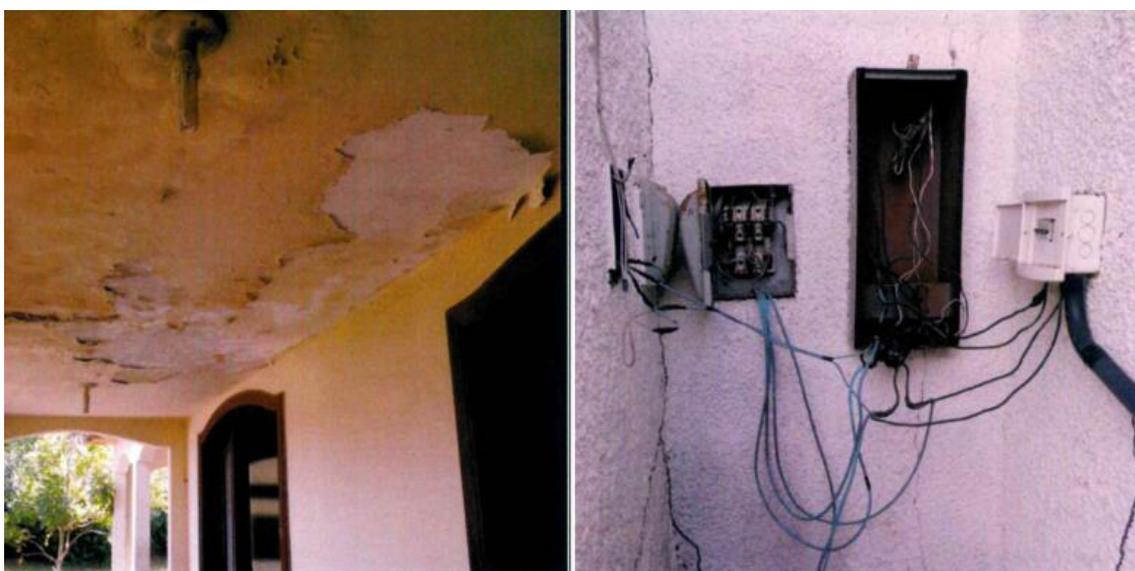
Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RECOMENDAÇÃO

MP pede transferência de unidade prisional após constatar infraestrutura precária no nordeste do Pará

06 MAI 2022 - 12H42 | ATUALIZADO 06 MAI 2022 - 12H58 | Compartilhar 5



Na última terça-feira, 2 de maio, o Ministério Público do Pará (MPPA) ajuizou uma Ação Civil Pública (ACP) contra o Estado do Pará, buscando a imediata interdição e transferência dos serviços da Unidade de Polícia Especializada (DEAM/DEACA/Propaz) no Município de Bragança.

A ACP teve origem a partir de uma investigação conduzida pelo 1º Promotor de Justiça de Bragança, João Batista Macêdo Júnior, realizada através do Inquérito Civil nº 001010-133/2019, que trouxe evidências de abandono e conservação inadequada do espaço.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O laudo técnico emitido tanto pelo Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar do MPPA (GATI) quanto pelo 24º Grupamento de Bombeiro Militar de Bragança atestou que a unidade tinha sérios problemas em sua estrutura, tais como infiltrações, rachaduras, instalação elétrica improvisada e completamente irregular com a fiação exposta, propiciando riscos aos servidores e usuários dos serviços.

Os fatos já haviam sido encaminhados às autoridades competentes, porém o Ministério Público não obteve resposta adequada. Diante disso, a ACP solicitando Tutela de Urgência foi ajuizada, buscando preservar a integridade física dos servidores e usuários do serviço, assim como a manutenção das atividades da Unidade de Polícia Especializada.

O Juiz Titular da Vara da Fazenda Pública, Francisco Daniel Brandão Alcântara, concedeu o prazo de setenta e duas horas para que o Estado do Pará apresente sua manifestação sobre os pedidos do MPPA.

Com informações da Ascom MPPA.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



MAIO LARANJA

MPPA lança campanha contra abuso e exploração de menores

A campanha busca engajar a sociedade contra o crime de exploração sexual e abuso de crianças e adolescentes.

🕒 sábado, 07/05/2022, 16:57 - Atualizado em 07/05/2022, 16:56 - 🧑 Autor: Com informações do MPPA



📷 O Maio Laranja combate a violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. | Reprodução/Twitter

O dia 18 de maio é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infantil no Brasil. O maio laranja é uma iniciativa que busca dar visibilidade ao assunto, discutindo sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes.

Um estudo realizado pela UNICEF, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mostrou que entre 2017 e 2020, houve cerca de 180 mil casos de violações de direito. Sendo que, em 145 mil, as vítimas tinham até 14 anos. Apenas 10% dos casos são denunciados e chegam ao Sistema de Justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Para reverter estes números, o Ministério Público do Estado do Pará, buscando dar visibilidade ao fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, lançou a campanha "Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes, uma Responsabilidade de Todos. Não se Cale – Denuncie!". O objetivo é combater a subnotificação dos casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.



MP do Pará @MPPAoficial

◆ Você sabia que, a cada hora, 3 crianças são abusadas no Brasil? Entre as vítimas registradas, aproximadamente 51% são crianças de 1 a 5 anos de idade.

Dignidade sexual de crianças e adolescentes: Uma responsabilidade de todos! ❤️

🚫 Abuso sexual é crime. Não se cale, denuncie!

#MAIOLARANJA

NÃO FECHÉ OS OLHOS!

Dignidade sexual de crianças e adolescentes:
Uma responsabilidade de todos!

Não se cale, denuncie.
Abuso sexual é crime!

Disque 100 ou 180

MPPA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

6:06 PM · 2 de mai de 2022

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Como parte da campanha, o MPPA lançou três vídeos institucionais buscando o engajamento da sociedade a esse enfrentamento, buscando proteger os direitos de crianças e adolescentes previstos no art. 227 da CF/88.

Os vídeos retratam a violência sexual praticada pelos meios digitais, o estupro de vulnerável, que é o delito com maior incidência em todas as as comarcas, em todos os municípios, e também a exploração sexual.

"O Ministério Público iniciando as atividades do Maio Laranja apresentou, um roteiro com sugestão de atuação para que os colegas pontuem, com a rede de proteção do seu município, uma avaliação dos serviços que estão sendo realizados para esse público e também discuta com todos um outro problema que envolve essa temática, que é a subnotificação. Então para que a gente possa fortalecer as notificações é imprescindível que o Ministério Público, para além dos processos, esteja junto às escolas para fomentar o cumprimento do artigo 245, que esteja junto ao sistema de saúde para que também notifique, além de estar em todos os outros espaços comunitários dialogando com pais, responsáveis e com os adolescentes e crianças", explicou a promotora Mônica Freire.

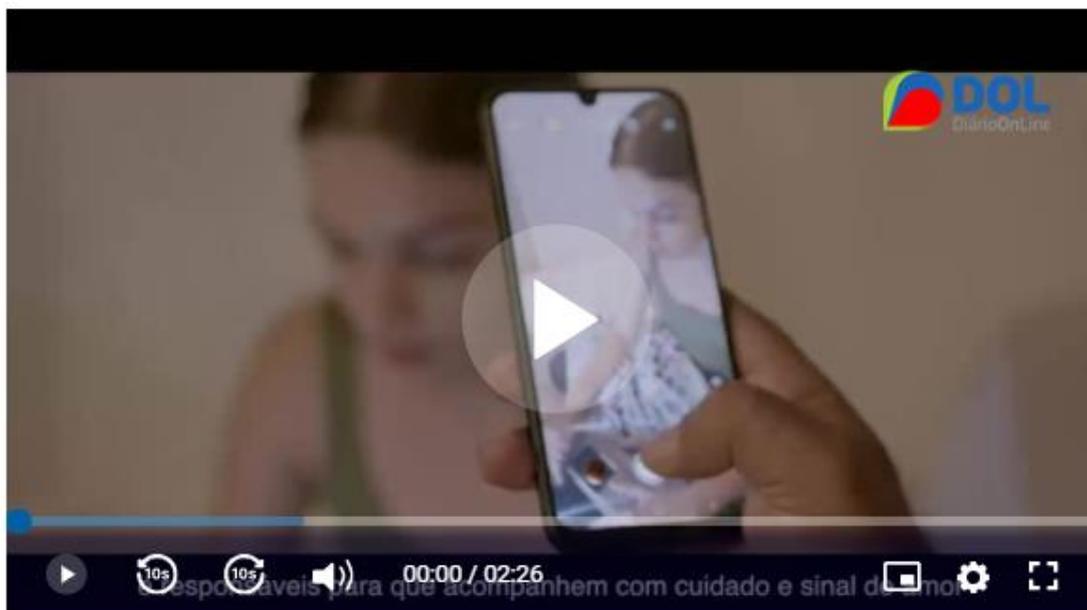
"Os vídeos objetivam ser replicados em larga escala para que a sociedade reflita. Ou seja, para dar visibilidade a essa forma de violência, criando assim um compromisso para que venham denunciar as situações vivenciadas para que haja realmente uma participação efetiva da sociedade como descrito na Constituição no seu artigo 227", completou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ASSISTA OS VÍDEOS:



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br